



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 188, DE 2007

(nº 807, de 2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor Leste.

Os méritos do Senhor Edson Marinho Duarte Monteiro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de outubro de 2007.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Sarney', is placed over a large, irregular oval shape.

EM No 00312 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

00001.012012/2007-51

Brasília, 22 de outubro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor Leste.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO

CPF.: 22639403753

ID.: 5301/MRE

15/11/1947	Filho de Manuel Duarte Monteiro e Laubélia Marinho Belga Monteiro, nasce em 15 de novembro, em São José de Ubá/RJ
01/01/1973	Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro
02/04/1973	CPCD - IRBr
21/11/1974	Terceiro Secretário em 21 de novembro
22/11/1974	Departamento Econômico, assistente
10/04/1975	Divisão de Transportes e Comunicação, assistente
30/10/1976	Embaixada em Manila, Terceiro Secretário
16/01/1978	Divisão de Ásia e Oceania, assistente
14/05/1978	Segundo Secretário em 14 de maio
07/01/1980	Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunto
03/06/1980	Mestrado em Administração Pública pela "University of Southern California", Los Angeles/EUA
04/01/1981	CAD - IRBr
22/12/1982	Primeiro Secretário em 22 de dezembro
20/06/1983	Embaixada em Camberra, Primeiro Secretário
13/01/1987	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
25/01/1987	Ordem do Mérito do Trabalho, Brasil, Oficial
05/05/1988	Divisão de Feiras e Turismo, Chefe, substituto e Chefe
30/06/1989	Conselheiro em 30 de junho
13/12/1990	Divisão de Fronteiras, Chefe
03/05/1991	Divisão da América Central e Setentrional, Chefe

27/11/1992 Embaixada em Bruxelas, Conselheiro

05/01/1996 CAE - IRBr, As relações Econômicas entre os Países do Centro e Leste Europeu e a União Européia: os Acordos de Associação

19/01/1996 Departamento de Promoção Comercial, Assessor

26/01/1996 "Ordre de la Couronne", Bélgica, Comendador

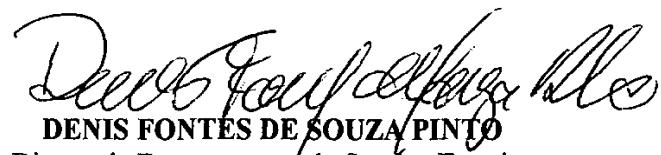
24/12/1997 Ministro de Segunda Classe em 24 de dezembro

01/04/1998 Embaixada em Pequim, Ministro Conselheiro

23/08/2004 Divisão da Ásia e Oceania - I, Chefe

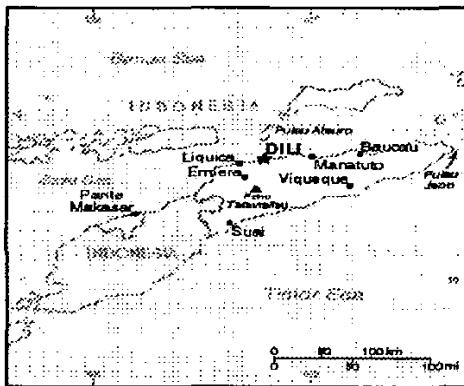
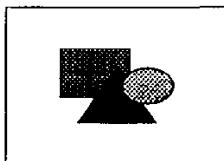
08/08/2006 Agência Brasileira de Cooperação, Coordenador-Geral de Cooperação com Países em Desenvolvimento

29/06/2007 Ministro de Primeira Classe em 29 de junho



DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

TIMOR LESTE



DADOS BÁSICOS*

Nome: República Democrática de Timor-Leste

Moeda: dólar americano

Capital: Díli

Exportações: US\$ 10 milhões,

Superfície: 14.609 km² (equivalente a pouco mais da metade de Sergipe)

excetuando-se o petróleo (est. 2005)

População: 924.642 (2004)

Principais produtos de

Idiomas: Tétum e português (oficiais). O inglês e o bahassa indonésia são considerados línguas de trabalho.

exportação: petróleo, café,

Religiões: Católica (97%), animista

produtos básicos

Forma de governo: República parlamentarista

Principais países de destino

Chefe de Estado: Presidente José Ramos-Horta

das exportações: Austrália, Japão,

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão

Portugal, EUA, Bangladesh, Itália

Ministro dos Negócios Estrangeiros e

Principais produtos de importação:

Cooperação: Zacarias Albano da Costa

combustíveis, veículos, máquinas

PIB (preços correntes): US\$ 349 milhões (2005)

e equipamentos, cereais

PIB per capita: US\$ 400 (est. 2004)

Importações: US\$ 214 milhões (2005)

* = Dados extraídos do “Country Report” da “Economist Intelligence Unit”, edição de abril de 2007.

2) SUMÁRIO EXECUTIVO

Após o longo domínio português, que remontava ao Século XVI, Timor-Leste foi ocupado, de 1975 a 1999, pela Indonésia. A presença indonésia resultou no que é considerado, em termos relativos, o maior genocídio da História recente, com a morte de aproximadamente um terço da população (cerca de 300 mil pessoas, numa população total da ordem de um milhão).

Com a intensificação da pressão da opinião pública internacional, foi organizado referendo, que decidiu, em 1999, por grande maioria, em favor da libertação frente à Indonésia. São marcos importantes desse processo a visita do Papa João Paulo II, em 1989, e a concessão do Prêmio Nobel da Paz a Ramos-Horta e ao Bispo Ximenes Bello, em 1996.

Entre 1999 e 2002, Timor-Leste esteve sob administração das Nações Unidas, tendo à frente o brasileiro Sérgio Vieira de Mello (cuja memória é muito reverenciada no país). Tiveram lugar, à época, as primeiras eleições legislativas (2001) e presidenciais (abril de 2002), estas últimas ganhas por Xanana Gusmão. A independência formal ocorreu em 20 de maio de 2002.

O Brasil mantém Embaixada-Residente em Dili desde 2002 e tem prestado importante apoio à consolidação do nascente Estado nacional timorense. De modo especial, ressaltam as ações brasileiras nas áreas da educação (por meio de atividades voltadas à consolidação do Português como idioma oficial); segurança (equipe de seis instrutores do Exército Brasileiro encerrou, em agosto de 2007, missão no país e, no início da década, chegamos a destacar cerca de 150 homens, sob a égide das Nações Unidas – à época, o maior contingente militar estrangeiro no país); cooperação judiciária (há, no momento, um Juiz, um Promotor e duas Defensoras Públicas em Díli, em programas de cooperação bilateral, que colaboram para a consolidação do Direito Civilista, em oposição à tradição australiana de “common law”); e formação de mão-de-obra básica (mantemos centro de formação no bairro de Becora, que ocupa cerca de 300 alunos).

A convite do Presidente Lula da Silva, o Presidente Ramos-Horta, eleito em maio de 2007, deverá visitar proximamente o Brasil.

O Brasil considera que a presença das Nações Unidas em Timor-Leste deve estender-se pelo tempo necessário à consolidação da democracia e ao provimento da base institucional necessária ao funcionamento do Estado timorense.

Em atenção a pedido do Presidente José Ramos-Horta, o Brasil está organizando cooperação com vistas à criação de uma estrutura de Justiça Militar em Timor-Leste. Segundo Ramos-Horta, essa atividade será muito importante para promover a pacificação nacional, ameaçada por dissidências no seio militar.

O Brasil participa do “Core Group” que acompanha a presença das Nações Unidas em Timor-Leste. Integram também o “Core Group” a Austrália, Estados Unidos, França, Japão, Nova Zelândia, Portugal e Reino Unido.

Atualmente, funciona em Timor-Leste a Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (“United Nations Integrated Mission in Timor-Leste” – UNMIT), cujo mandato teve início em 25 de agosto de 2006 e expirará em 26 de fevereiro de 2008.

No plano externo, o Presidente Ramos-Horta anunciou a decisão de privilegiar a presença de Timor-Leste na “Association of South-East Asian Nations” (ASEAN), à qual aderirá proximamente, e de continuar a manter relações especiais com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

São muito estreitas as relações com a Austrália, país com o qual Timor-Leste firmou acordo de exploração de reservas marítimas de petróleo. Essa cooperação se estende ao campo militar.

Timor-Leste e Indonésia mantêm atualmente relações fluidas, apesar dos sérios incidentes durante o período de ocupação indonésia (1975-1999).

O Governo do primeiro Presidente, Xanana Gusmão, enfrentou sérias dificuldades para manter a coesão política interna, motivadas, em grande parte, por dissidências militares. Em abril de 2006, irromperam sérios distúrbios, motivados pela demissão de 600 militares, em um contingente total de 2.000 efetivos.

É meritório, no entanto, o fato de que Xanana se manteve firme na preservação das instituições democráticas, apesar das dificuldades enfrentadas. São evidência disso a maneira como conduziu a crise política do primeiro semestre de 2006 e a normalidade com que transcorreram as eleições presidenciais em dois turnos, em abril e maio passados, bem como o pleito legislativo de 30 de junho de 2007.

3) COOPERAÇÃO PRESTADA PELO BRASIL – QUADRO ATUAL (EM OUTUBRO DE 2007)

Programa	Objetivo	Situação atual
Formação de Professores em Exercício na Escola Primária de Timor-Leste	Contribuir para a melhoria da qualidade da educação em Timor-Leste, formando os professores em exercício na escola primária e habilitando-os para o magistério	Projeto em fase de execução do Módulo III, com previsão de até 50 professores.
Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça de Timor-Leste – Segunda Etapa	Contribuir para os esforços de consolidação do Estado democrático timorense, através do apoio ao fortalecimento do setor da Justiça em Timor-Leste	Atualmente, 1 Juiz, 1 Promotor e 2 Defensoras Públicas em Díli. O Governo timorense solicitou ao Governo brasileiro a extensão do projeto por mais 1 ano.
Cooperação Militar – Fase II (Instrução Militar)	Treinar os efetivos da Polícia timorense	Equipe de seis instrutores militares brasileiros esteve em Timor-Leste de março a agosto de 2007. Curso concluído.
Participação militar brasileira na UNMIT	Contribuir para a consolidação da paz e do Estado timorense, nos quadros das Nações Unidas	10 militares brasileiros encontram-se em Timor-Leste, atuando no âmbito da UNMIT (4 observadores militares e 6 policiais)
Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social em Timor-Leste – Terceira Fase	Contribuir para a capacitação profissional da população timorense e apoiar a consolidação técnica, pedagógica e gerencial dos profissionais do Centro de Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social em Timor-Leste	O Centro encontra-se em pleno funcionamento, com capacidade para 300 alunos, sendo administrado por 2 técnicos do SENAI
Protocolo de Cooperação entre a Câmara dos Deputados e o Parlamento Nacional de Timor-Leste	Assinado em 28/01/2005 pelos Presidentes das duas Casas, prevê cooperação em todas as áreas de atuação legislativa e parlamentar (programas de treinamento; cursos; intercâmbio de	A Câmara dos Deputados recebeu parlamentares timorense para treinamento em 2004 e 2005 e dispõe-se a receber novos Deputados no futuro.

	material etc.).	
Capacitação de Técnicos da Televisão de Timor-Leste	Capacitar a Televisão timorense a apresentar e produzir conteúdos infantis em língua portuguesa, com vistas a estimular a alfabetização neste idioma.	Aguardando assinatura pelo lado timorense.
Apoio ao Fortalecimento das Escolas Agrotécnicas de Timor-Leste	Fortalecer institucionalmente as escolas agrotécnicas de Timor-Leste, através da capacitação técnica e pedagógica dos docentes das escolas agrotécnicas e da adequação das respectivas grades curriculares	Projeto assinado. Ainda não iniciado devido aos conflitos ocorridos em Díli no primeiro semestre de 2006.
Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS	Coordenar atividades de cooperação no campo de prevenção e tratamento em HIV/AIDS	Aguardando assinatura
Apoio à Produção de Café Orgânico em Timor-Leste	Promover o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário de Timor-Leste, conferindo à cafeicultura do país as condições necessárias para aumentar o volume da produção, a qualidade e a competitividade do produto	Projeto assinado. Ainda não iniciado devido aos conflitos ocorridos em Díli no primeiro semestre de 2006
Projeto Casa Brasil	Criar, junto à comunidade de áreas carentes, espaço destinado à inclusão digital, inclusão social, geração de emprego, desenvolvimento e ampliação da cidadania, por meio do uso intensivo da tecnologia da informação com vistas a preparar os segmentos excluídos para a sociedade do conhecimento, buscando superar e romper a cadeia de reprodução da pobreza	Proposta em fase preliminar de elaboração.

4) EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A chegada dos primeiros portugueses a Timor data do século XVI. Por volta de 1514, navegadores lusitanos aportaram em território timorense, em busca do renomado e lucrativo sândalo branco ali existente. A expansão marítima portuguesa permitiu o estabelecimento permanente dos primeiros Padres dominicanos na ilha, o que favoreceu crescente influência cultural e religiosa, ao mesmo tempo em que consolidava a dominação lusitana.

Em 1651, porém, os holandeses conquistaram Kupang, localidade no extremo ocidental de Timor, iniciando-se a divisão da ilha entre Holanda e Portugal. Somente em abril de 1859 seria celebrado o tratado delimitando a fronteira entre o Timor português (Timor-Leste) e o Timor holandês (Timor Ocidental). Quando, em 1945, foi proclamada a independência das Índias Orientais Holandesas, constituindo-se a República da Indonésia, o Timor Ocidental passou a fazer parte integrante do novo Estado. Timor-Leste permaneceu sob jurisdição de Portugal e, em 1960, foi considerado pela ONU Território Não-Autônomo sob Administração Portuguesa.

Até 1974, o espaço geográfico português, de acordo com a legislação vigente, ainda compreendia, além da parte continental europeia, diversos domínios ultramarinos, entre os quais "Timor e suas dependências". Não obstante a tendência geral para a descolonização, verificada após a II Guerra Mundial, o processo de descolonização de Timor-Leste, tal como o das restantes colônias portuguesas, apenas teria início após a "Revolução dos Cravos", de 25 de Abril de 1974, que restaurou o regime democrático em Portugal e reconheceu o direito à autodeterminação dos territórios coloniais.

O turbulento processo de descolonização, iniciado com a Revolução dos Cravos, repercutiu naquela longínqua província logo no início de maio de 1974, com a autorização para a criação de associações políticas no Timor português. Daquelas que se constituíram a partir de então, três principais forças emergentes – que preconizavam diferentes soluções quanto ao futuro estatuto do território – tiveram papel ativo no processo:

- a) União Democrática Timorense – UDT, que defendia a autonomia progressiva, mantendo estreita ligação com Portugal;
- b) Associação Social Democrata Timorense – ASDT, transformou-se, sob influência de sua ala mais radical, em setembro de 1974, na Frente Revolucionária do

Timor-Leste Independente (FRETILIN), com um programa baseado na necessidade de captar o apoio popular para a luta pela independência;

c) Associação Popular Democrática Timorense – APODETI, surgida em maio de 1974, defendia a integração do território à Indonésia, com um estatuto de autonomia especial.

O clima de instabilidade política em Portugal e a deterioração das relações entre os diferentes setores políticos timorenses, associados à campanha de desestabilização promovida pela Indonésia com vistas à anexação do território, levaram à eclosão de uma breve, mas violenta, guerra civil, opondo, de um lado, a UDT e a APODETI e, de outro, a FRETILIN, provocando cerca de 3.000 mortos. A FRETILIN saiu vencedora, obtendo o controle *de facto* de praticamente todo o território. O processo de descolonização escapou ao controle do Governo português.

Em 28 de novembro de 1975, a FRETILIN, alegando agressões da Indonésia ao território de Timor-Leste, bem como a incapacidade dos portugueses em conduzir o processo de descolonização, proclamou, unilateralmente, a independência da República Popular de Timor-Leste. Poucos dias mais tarde, em 7 de dezembro, a Indonésia invadiu e ocupou militarmente Timor-Leste. Por ato de 17 de julho de 1976, com base na solicitação de uma "assembléia popular" de 37 delegados indicados por Jacarta ("Declaração de Balibó"), o Governo indonésio consumou a anexação do território como a 27^a província da República da Indonésia, gesto não reconhecido pelas Nações Unidas.

Em 1989, o Papa João Paulo II visitou Timor-Leste, o que deu novo ânimo ao movimento pela independência. Em novembro de 1991, um incidente em Díli chamou a atenção do mundo. Um numeroso grupo de estudantes, à saída da missa pela morte de um colega, dirigiu-se ao Cemitério de Santa Cruz, em Díli, para depositar flores no túmulo do jovem morto. Surgiram, então, militares indonésios, que dispararam contra a multidão, provocando centenas de mortos, feridos e desaparecidos, no que ficou conhecido como o "Massacre de Santa Cruz". O incidente foi documentado por jornalistas e divulgado em todo o mundo, desmentindo a tese de que a integração de Timor-Leste à Indonésia era completa e já não tinha mais oponentes.

Em 1992, a resistência sofreria uma derrota, com a prisão, em Díli, de Xanana Gusmão, que somente viria a ser libertado sete anos mais tarde, coincidentemente no aniversário da independência do Brasil, em 7 de setembro de 1999.

Em 1996, o Bispo de Díli, D. Carlos Filipe Ximenes Belo, e o Doutor José Ramos-Horta, o atual Presidente da República, dividiram o Prêmio Nobel da Paz e chamaram a atenção do mundo para o que se passava em seu pequeno país.

Não havendo as Nações Unidas jamais reconhecido formalmente a incorporação de Timor-Leste, a Indonésia, em 1998, abalada por forte crise econômica, propôs uma autonomia limitada para o território. Depois de prolongadas negociações diplomáticas, a proposta evoluiu, até resultar nos acordos assinados entre Portugal e a Indonésia em 5 de maio de 1999, em Nova York, os chamados Acordos de Nova York.

Como consequência desses acordos, Portugal e a Indonésia encarregaram o Secretário-Geral da ONU de organizar e conduzir um plebiscito, em torno da proposta indonésia de conceder uma autonomia especial para Timor-Leste. Se a proposta de integração fosse rejeitada pela população timorense, estaria aberto o caminho para a independência, após um período de transição. Para o plebiscito, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu uma missão em Timor-Leste, a UNAMET, em sua sigla inglesa.

O plebiscito ocorreu em 30 de agosto de 1999. A proposta de autonomia limitada foi rejeitada por 78% dos votos. Tão logo o resultado foi conhecido, milícias pró-Indonésia iniciaram forte onda de violência, saqueando e queimando o que estivesse a seu alcance. Em Díli, 90% dos imóveis foram destruídos. No total do país, 67 mil casas foram incendiadas. Numerosos timorense foram mortos e cerca de 500 mil tiveram de abandonar suas moradias e fugir para as montanhas. Não tendo sido possível deter a violência por meio de esforços diplomáticos, o Secretário-Geral das Nações Unidas sugeriu o emprego de uma força multinacional.

Assim, em 12 de setembro de 1999, a Indonésia aceitou a intervenção de força multinacional, a INTERFET, cujos primeiros elementos – dentre os quais se encontravam 51 oficiais e praças do Exército Brasileiro – desembarcaram em Timor-Leste em 20 de setembro de 1999. A retirada das Forças Armadas da Indonésia foi completada em 30 de outubro de 1999.

A Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste ou “United Nations Transitional Administration in East Timor” (UNTAET) foi estabelecida pela Resolução 1272 (1999) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para o cargo de Administrador Transitório de Timor-Leste e Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, foi escolhido o brasileiro Sérgio Vieira de Mello.

Em 30 de agosto de 2001, sob a administração das Nações Unidas, foram realizadas eleições para a Assembléia Constituinte de Timor-Leste, que concluiu seus trabalhos em março de 2002. Em 14 de abril de 2002, Xanana Gusmão foi eleito Presidente da República. Em 20 de maio de 2002, Timor-Leste tornou-se independente, a Constituição entrou em vigor e Xanana Gusmão tomou posse como primeiro Chefe de Estado timorense.

Em 27 e 28 de abril de 2006, irromperam conflitos entre segmentos das Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), desencadeados pela demissão de cerca de 600 militares timorense. Nos confrontos que se seguiram, estima-se que cerca de 100 mil pessoas fugiram para as montanhas ao redor da capital. Em fins de maio, novos choques armados ocorreram entre forças policiais e militares, com dezenas de mortos, seguidos de saques e depredações em Díli. Forças militares da Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Portugal, a pedido do Governo timorense, intervieram no país para restaurar a ordem. Em 30 de maio de 2006, o então Presidente Xanana Gusmão decretou estado de emergência no país por 30 dias.

Em junho, o então Primeiro-Ministro Mari Alkatiri renunciou ao cargo. Em 8 de julho, após consultas à liderança da FRETILIN e de outros partidos políticos representados no Parlamento, Xanana Gusmão anunciou que o Chanceler José Ramos-Horta seria o novo Primeiro-Ministro. Em 10 de julho, Ramos-Horta tomou posse como novo Primeiro-Ministro, juntamente com dois vice-Primeiro-Ministros. Em 14 de julho, o novo Conselho de Ministros foi anunciado.

Em 13 de junho de 2006, em reunião no CSNU, chegou-se a um amplo entendimento no sentido da prorrogação (“technical rollover”) do mandato da UNOTIL – criada pela resolução 1599, de 2005 – por 30 dias, até 20 de julho de 2006. Em 20 de junho, pela resolução 1690, o CSNU decidiu prorrogar por dois meses o mandato da UNOTIL. Em 25 de agosto de 2006, este foi substituído, pela Resolução 1704, pela “U.N. Integrated Mission in Timor Leste” (UNMIT), com mandato inicialmente estabelecido em

seis meses, com a possibilidade de extensão. Em 22 de fevereiro de 2007, a UNMIT teve seu mandato prorrogado pelo CSNU até 26 de fevereiro de 2008.

Em janeiro de 2007, Timor-Leste, as Nações Unidas e a Austrália assinaram um Acordo Trilateral, que deu respaldo à presença das forças australianas em Timor-Leste.

Os esforços para a consolidação do Estado timorense prosseguiram com a realização, em 9 de abril de 2007, do primeiro turno das eleições presidenciais, as primeiras desde a independência de Timor-Leste, as quais contaram com a participação de observadores eleitorais brasileiros e da CPLP. Dentre os oito candidatos, os mais votados foram o então Primeiro-Ministro José Ramos-Horta e Francisco “Lu-Olo” Guterres, da FRETILIN, com 21,8% e 27,8% dos votos, respectivamente. No segundo turno das eleições, realizado em 9 de maio, Ramos-Horta foi eleito Presidente da República, com 69,18% dos votos, contra 30,82% dados a Francisco “Lu-Olo” Guterres.

Em 20 de junho de 2007, foram realizadas eleições legislativas. Apesar de a FRETILIN ter obtido o maior número de votos, Xanana Gusmão foi indicado para o cargo de Primeiro-Ministro.

5) POLÍTICA INTERNA

Timor-Leste é uma República parlamentarista, com legislativo unicameral de 88 membros. Conforme previsto na Constituição, promulgada em 2002, as eleições legislativas e para o cargo de Presidente da República ocorrem a cada cinco anos.

O país está dividido em 13 distritos, 67 postos (subdistritos), 498 sucos (vilas) e 2.336 aldeias. Cada distrito mantém um representante na Assembléia. As demais 75 cadeiras parlamentares são alocadas de acordo com um sistema de representação proporcional.

Os distritos foram agrupados em três regiões – o enclave de Oecussi e os distritos de Bobonaro e Covalina formam a região Ocidental; os distritos de Aileu, Ainaro, Ermera, Liquica e Manufahi compõem a região Central; os distritos de Baucau, Lautem, Manatuto e Viqueque constituem a região Oriental. A capital, Díli, conforma um distrito à parte.

Atualmente, o governo local está organizado nos planos de distrito e subdistrito, embora a estrutura tradicional de suco e aldeia permaneça por meio de chefes locais. Os

distritos têm Administradores com uma equipe complementar e os subdistritos mantêm coordenadores nos postos.

Timor-Leste foi, até setembro de 2001, administrado por um Gabinete, chefiado pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e Administrador Transitório, Sérgio Vieira de Mello, e composto por nove membros, com quatro Pastas ocupadas por funcionários internacionais e cinco por timorenses. O Gabinete e o Conselho Nacional (um quase-parlamento timorense formado por 36 membros da sociedade civil nomeados pelo Administrador Transitório) formaram a chamada Administração Transitória de Timor-Leste, ou ETTA na sigla inglesa.

O Conselho Nacional foi, até 28 de março de 2001, presidido por Xanana Gusmão, quando foi substituído pelo empresário Manuel Carrascalão. O Conselho Nacional, que foi dissolvido às portas das eleições de 30 de agosto de 2001, teve a atribuição de discutir projetos de regulamento. A composição do Conselho Nacional refletiu a proporcionalidade de forças políticas do plebiscito de 1999, acrescida de representantes dos setores mais importantes da sociedade civil timorense: Igreja, empresários, estudantes etc.

Em 30 de agosto de 2001, foram realizadas eleições para a Assembléia Constituinte de Timor-Leste. A Assembléia redigiu a carta constitucional, baseada no modelo português, que foi aprovada em 22 de março de 2002, estabelecendo uma Assembléia Legislativa unicameral (88 membros), com eleições a cada cinco anos, e os cargos de Primeiro-Ministro e de Presidente (com mandato de cinco anos). A Assembléia Constituinte transformou-se na Assembléia Legislativa do país em 20 de maio de 2002.

As eleições de 30 de agosto de 2001 deram vitória à FRETILIN, partido liderado pelo futuro Primeiro-Ministro, Mari Alkatiri. A FRETILIN obteve 57,4% dos votos (55 cadeiras), seguida do Partido Democrático (8,7%), Partido Social Democrático de Timor-Leste (8,2%) e da Associação Social Democrata Timorense (7,8%). Além da FRETILIN, estavam representados no Parlamento, até as eleições parlamentares de 2007, 11 partidos e um parlamentar independente.

Em 14 de abril de 2002, ocorreram as eleições para Presidente da República. Xanana Gusmão, apoiado por uma coligação de dez partidos, foi eleito com 82,7% dos votos, derrotando Francisco Xavier do Amaral que, apoiado por duas pequenas agremiações, obteve 17,3%. A FRETILIN não apresentou candidato, pois sua posição era a

de apoiar Gusmão, desde que este se apresentasse como candidato independente. O novo Presidente tomou posse em 20 de maio de 2002.

Desde as eleições nacionais, já foram realizadas eleições locais em onze dos treze distritos que compõem o país. Em setembro de 2005, foram realizadas eleições nos dois últimos distritos remanescentes – Díli e Liquica.

Cumpre salientar que, no ano de 2007, foram realizadas as primeiras eleições presidenciais e as primeiras eleições parlamentares após a proclamação da Independência do país.

6) ECONOMIA

À época da independência, na década de 90, Timor-Leste era das províncias mais pobres da Indonésia, com uma renda per capita de aproximadamente US\$ 350.

A economia e a estrutura institucional do país sofreram, naquela ocasião, profunda desorganização. Em decorrência do surto de violência e destruição que se seguiu ao plebiscito de 1999, estima-se que o PIB real tenha declinado quase 40%, em 1999. O choque de oferta foi dramático, refletindo o efeito combinado da interrupção do ciclo agrícola, da destruição dos estoques locais de produtos manufaturados, do fechamento da fronteira e da limitação das operações do porto de Díli.

Cerca de 70% dos prédios públicos, e muitos prédios privados, foram parcial ou totalmente destruídos e/ou saqueados. Embora muitos agricultores tivessem retornado a suas terras em outubro e novembro, o plantio para as colheitas de 2000 começou tarde, e com dificuldades na distribuição de sementes. A infra-estrutura – geração de eletricidade e água, portos e aeroportos – sofreu danos sérios.

Entre as dificuldades inerentes à reconstrução e à preparação para a independência timorense, destaca-se o fato de a colonização portuguesa e a ocupação indonésia não haverem contribuído para a criação de quadros com capacidade gerencial. Em particular, a Indonésia criou uma cultura de dependência de empregos, transferência e subsídios governamentais. Além disso, criou-se uma infra-estrutura pouco desenvolvida, mas de manutenção dispendiosa.

Timor-Leste continua sendo um dos países mais pobres da Ásia, com um PIB per capita da ordem de US\$ 400. Mais de 40% da população vivem abaixo do nível de pobreza,

e o analfabetismo beira a 60% da população. O desemprego permanece alto, em torno de 20% (podendo chegar a 40% na população jovem urbana). O setor informal representa a principal fonte de emprego. A média salarial está entre US\$ 3 e US\$ 3,50 ao dia.

A atividade econômica começou a recuperar-se no ano 2000, impulsionada sobretudo pelo comércio, serviços básicos e reconstrução de edifícios públicos e residenciais.

A economia mostrou mais recentemente sinais positivos, com um crescimento do PIB estimado em 3% em 2005. Essa recuperação é, em larga medida, resultante do fortalecimento do setor agrícola. Isso, porém, na sequência de uma contração de aproximadamente 2% do PIB em 2003, devido a reduções da presença internacional e da diminuição do passo das atividades de reconstrução. Embora o setor privado tenha-se fortalecido ligeiramente, como indicado pelo crescimento do número de negócios de nacionais e da arrecadação fiscal, teve ele impacto marginal sobre o crescimento econômico. O país continua a enfrentar uma série de dificuldades, que repercutem negativamente sobre o crescimento econômico, dentre os quais a falta de mão-de-obra qualificada e de infra-estrutura e as limitações da administração pública, inclusive no campo judiciário.

A taxa anual de inflação caiu para 3%, em 2004, sobretudo como resultado do decréscimo dos preços dos bens alimentícios, e espera-se possa estabilizar-se no médio prazo, entre 2 e 3%.

O Plano de Desenvolvimento Nacional identifica a boa governança, a redução da pobreza e o melhoramento da segurança alimentar como as prioridades do desenvolvimento. Os objetivos incluem alcançar uma taxa anual de crescimento do PIB de 5% no médio prazo e a redução à metade do número de pessoas que vivem abaixo do nível de pobreza em 2015.

Na área econômica, foram recentemente aprovadas leis sobre Fundo Petrolífero, taxação do petróleo e atividades petrolíferas. O Fundo do Petróleo, no qual Timor-Leste e Austrália são parceiros, é responsável pela maior parte dos ingressos de divisas no país. Legislação sobre investimento doméstico e estrangeiro, sobre propriedade, regulação de empresas de seguro, dentre outras, foi também promulgada.

O Plano de Desenvolvimento Nacional, elaborado com o apoio do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e de outras agências internacionais, focaliza a redução da pobreza e a melhoria dos índices de qualidade de vida da população como os objetivos prioritários do país. Nesse sentido, por meio de uma ampla consulta à sociedade, identificou a educação, a saúde, e a agricultura como as maiores prioridades para o desenvolvimento.

De uma forma mais precisa, a política governamental tem como objetivos, no plano social:

- a) aprimorar a educação, a saúde e as condições de nutrição da população; promover a igualdade e o status da mulher; aprimorar o bem-estar econômico, social e cultural dos indivíduos, famílias e comunidades; criar recursos humanos que sejam treinados e profissionais de acordo com os interesses e talentos em distintos setores; assegurar oportunidades iguais para a obtenção de trabalho e sua efetiva utilização;
- b) transformar a economia de subsistência numa economia de mercado; alcançar segurança alimentar; e proteger o meio ambiente;
- c) reduzir a pobreza; estabelecer uma rede de proteção social para reduzir os encargos daqueles incapazes de trabalhar e se manter;
- d) promover o desenvolvimento rural integrado para a geração de emprego remunerado e meio de vida sustentável, aumentar as rendas do campo, reduzir a pobreza, acelerar o crescimento econômico e reduzir os desníveis entre as áreas urbanas e rurais;
- e) promover o desenvolvimento ordenado das cidades para que sejam agradáveis, não sejam superpovoadas e com respeito ao meio ambiente;
- f) alcançar desenvolvimento equilibrado para reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida em todas as regiões;
- g) desenvolver e administrar um sistema de justiça efetivo, acessível, e imparcial;
- h) fortalecer a sociedade civil e criar oportunidades para seu engajamento e participação na vida nacional;
- i) aprimorar uma cultura de respeito aos direitos humanos e o respeito à lei;
- j) promover a boa governança pela participação popular; e
- k) aprimorar o sistema multipartidário robusto e democrático; estabelecer um sistema de cobrança e equilíbrio entre Judiciário, Executivo e Legislativo.

7) POLÍTICA EXTERNA

7.1. Aspectos gerais

Após assumir a Presidência da República, em maio de 2007, José Ramos-Horta confirmou que a prioridade da política externa timorense passaria a ser a ASEAN. Com a CPLP, o país continuaria a manter, em suas palavras, “relações especiais”. Além disso, ressaltam as relações com os dois principais vizinhos, Austrália e Indonésia.

As relações com a Austrália são delicadas, por se tratar de potência regional, de parceiro timorense no Fundo do Petróleo – de onde provém hoje a grande maioria dos ingressos de divisas em Timor-Leste – e por manter programa de ajuda militar ao país.

Há também forte dependência em relação à ajuda externa. A cooperação prestada por Brasil e Portugal é essencial, nesse sentido, à preservação do Português como língua oficial e à consolidação da tradição civilista no ordenamento jurídico do país.

Timor-Leste, vale recordar, é o único país lusófono da Ásia, tendo ingressado na CPLP em 2002. A condição do Português como língua oficial decorreu, em boa medida, do fato de ter sido o idioma dos insurgentes, durante a luta contra a ocupação indonésia.

Em 12 de janeiro de 2006, Timor-Leste e Austrália assinaram um acordo sobre a exploração dos recursos naturais do Mar do Timor, que reservou 50 por cento das rendas para Timor-Leste. Pelo acordo, Austrália e Timor-Leste decidiram congelar o diferendo fronteiriço por 50 anos e dividir em partes iguais os rendimentos do campo petrolífero de Greater Sunrise.

Timor-Leste apoiou o projeto de resolução do G-4. Contudo, o país foi objeto de considerável pressão chinesa. O então Presidente Xanana Gusmão chegou a admitir que preferiria postergar a discussão sobre a reforma do CSNU, a fim de se chegar a um consenso mais amplo, no qual a China poderia vir a amenizar sua posição atual.

No Debate Geral da 60^a AGNU, em setembro de 2005, o então Chanceler Ramos-Horta reiterou apoio à proposta do G-4. Afirmou que a Ásia está muito sub-representada e assim continuará mesmo que Índia e Japão ingressassem no CSNU. Argumentou a favor da candidatura da Indonésia como representante do mundo islâmico e fez ampla defesa da candidatura do Japão.

Timor-Leste declarou seu apoio à candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança em diversas ocasiões.

7.2. A Presença das Nações Unidas após a Independência

A UNTAET (estabelecida, como se recorda, pelas Nações Unidas em 1999, após o plebiscito que resultou na independência do país) foi sucedida pela “United Nations Mission of Support to East Timor” (UNMISSET), que possuía componentes militar (a Força de Manutenção da Paz), policial (UNPOL) e civil (cargos de assessoria financiados pelo orçamento regular das Nações Unidas e contribuições bilaterais).

O mandato da UNMISSET expirou em 20 de maio de 2005. O Brasil foi um contribuinte importante de tropas para a UNMISSET e seus antecessores (UNTAET e a força multinacional INTERFET). No momento da expiração do mandato da UNMISSET, o Brasil era o principal contribuinte de pessoal, com 135 soldados, 4 observadores militares e 4 instrutores policiais.

O sucessor da UNMISSET não foi uma operação de paz, mas uma “missão política especial”, financiada pelo orçamento regular, o “United Nations Office in Timor-Leste” (UNOTIL), estabelecido pela resolução 1599 (2005), com mandato até 20 de maio de 2006.

O UNOTIL coordenou a assistência internacional e procurou identificar doadores bilaterais para substituir as Nações Unidas nas áreas em que Timor-Leste vai continuar a necessitar de apoio internacional depois do encerramento do mandato da missão. O UNOTIL contava com 45 assessores civis, em diversas áreas da administração pública; 10 especialistas em direitos humanos; 40 instrutores policiais (inclusive cinco brasileiros); e 35 assessores para a Unidade de Patrulha de Fronteira, dos quais 15 militares (dois brasileiros).

A delegação do Brasil no Conselho de Segurança teve papel importante da negociação das Resoluções 1543 e 1573 (2004) (últimas extensões da UNMISSET) e 1599 (2005) (criação do UNOTIL). Por ocasião da expiração do mandato do UNOTIL, o Brasil já não estava no Conselho.

No relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas que recomendou o encerramento do mandato da UNOTIL em 20 de maio de 2006, sugeriu-se também a continuação do apoio internacional a Timor-Leste mediante parcerias bilaterais ou com

agências especializadas das Nações Unidas e outros organismos internacionais, como o Banco Mundial, sob a coordenação do Coordenador Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Pela Resolução 1704, de 25 de agosto de 2006, o UNOTIL foi substituído pela “U.N. Integrated Mission in Timor Leste” (UNMIT), com mandato inicialmente estabelecido em seis meses, com a possibilidade de extensão do período. A missão da UNMIT é a de apoiar o Governo timorense na tarefa de “consolidar a estabilidade, promover uma cultura de governança democrática e facilitar o diálogo político entre os atores políticos timorenses, em seus esforços para efetuar um processo de reconciliação nacional e para promover a coesão nacional”. Em sua composição, a UNMIT contará com um componente civil, incluindo um número estimado de 1.608 policiais e um componente inicial estimado em até 34 oficiais militares de ligação e estado-maior. O Brasil participa na UNMIT com dois Oficiais de Ligação, que deverão cumprir turno de serviço de um ano, a partir de 22 de setembro de 2006. Em 22 de fevereiro de 2007, a UNMIT teve seu mandato prorrogado pelo CSNU até 26 de fevereiro de 2008.

8) RELAÇÕES COM O BRASIL

8.1. Aspectos gerais

Em agosto de 1998, o então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty, Embaixador Ivan Cannabrava, realizou visita oficial à Indonésia e Timor-Leste, quando visitou Xanana Gusmão, na prisão de Cipinang. Foi o primeiro encontro de um representante de país lusófono com o líder timorense, desde sua prisão em 1992. Em Jacarta, o Embaixador Cannabrava transmitiu às autoridades indonésias pedido do Presidente da República pela libertação de Xanana Gusmão.

Em maio de 1998, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que já havia enviado carta ao Presidente Habibie, manifestando sua preocupação pela excessiva presença militar indonésia em Timor-Leste e pelas freqüentes violações de direitos humanos no território, em nova missiva a seu colega indonésio, reiterava a profunda consternação com que a nação brasileira acompanhava o agravamento da situação e a nova onda de violência contra a sociedade civil timorense. Instava também o Presidente Habibie a garantir o fiel cumprimento dos Acordos de Nova York (firmados entre Portugal e

Indonésia, em maio de 1999, atribuindo ao SGONU a tarefa de organizar e conduzir um plebiscito a respeito da proposta indonésia de conceder uma autonomia especial para Timor-Leste) e a agir para restabelecer a ordem e a segurança no país.

Em setembro de 1999, o então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampréia, manteve encontros com o então Chanceler Ramos-Horta e com o então Ministro das Relações Exteriores da Indonésia, Ali Alatas, à margem da 53ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, tendo como pano-de-fundo o respeito à vontade popular timorense manifestada no plebiscito de 30 de agosto.

O Brasil apoiou, desde o início, a criação da UNAMET, tendo enviado a Timor-Leste cinco oficiais de ligação, seis observadores policiais e 19 peritos eleitorais. Uma missão parlamentar, integrada pelos Deputados Pedro Valadares, Paulo Delgado e João Herrmann Neto, visitou Jacarta e Díli, em setembro de 1999, tendo sido recebida por Xanana Gusmão e por D. Carlos Filipe Ximenes Belo.

A participação brasileira na INTERFET foi autorizada pelo Congresso Nacional em fins de 1999, o que permitiu o envio de um pelotão de militares do Exército brasileiro, que passou a integrar as "Peace Keeping Forces" (PKF) das Nações Unidas.

Em fevereiro de 2000, o Ministério das Relações Exteriores incumbiu o Embaixador do Brasil em Jacarta de entregar a Xanana Gusmão carta, pela qual o então Presidente Fernando Henrique Cardoso o convidava a visitar o Brasil. Xanana Gusmão aceitou imediatamente o convite. O Brasil recebeu, sucessivamente, as visitas do Padre Filomeno Jacob, do Presidente Xanana Gusmão e do Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo, todas em março e abril de 2000.

Em 1º de junho de 2000, começava a operar o Escritório de Representação do Brasil em Díli, que, em 20 de maio de 2002, transformou-se na Embaixada do Brasil em Díli. Em 22 de janeiro de 2001, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Timor-Leste.

O relacionamento bilateral, ainda no período imediatamente anterior à independência, registrou a visita oficial ao Brasil, em 4 e 5 de fevereiro de 2002, do então Administrador Transitório de Timor-Leste, Sérgio Vieira de Mello, que, em seus contactos com autoridades brasileiras, deu ênfase à cooperação nos terrenos da defesa, educação, saúde e agricultura e também no que respeita à participação na PKF.

As relações diplomáticas entre o Brasil e Timor-Leste foram estabelecidas em 20 de maio de 2002, na mesma data da celebração da independência do novo país.

O Presidente Xanana Gusmão voltaria a visitar o Brasil, desta vez em caráter oficial, já como primeiro mandatário de seu país, às vésperas da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em julho/agosto de 2002, quando Timor-Leste foi oficialmente admitido na organização.

Em 18 de fevereiro de 2004, foi realizada em Brasília a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Timor-Leste, que reviu os principais pontos da cooperação bilateral entre os dois países, bem como temas políticos nacionais, regionais e internacionais. As delegações brasileira e timorense foram chefiadas, respectivamente, pelos Chanceleres Celso Amorim e José Ramos-Horta. Este último fez coincidir com a realização da COMISTA visita ao Brasil, no período de 13 a 18 de fevereiro, que compreendeu etapa privada no Rio de Janeiro (13 a 15) e viagem oficial a Brasília (16 a 18).

Em Brasília, além de participar da Reunião da COMISTA, Ramos-Horta manteve encontros com os Ministros da Educação, Defesa, Saúde e com o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça. Entrevistou-se também com o então Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Geraldo Majella de Mello, com o então Presidente do Senado, José Sarney, e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, Deputada Zulaiê Cobra, tendo sido recebido no Plenário da Câmara. Foi condecorado pelo Chanceler Celso Amorim com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, proferiu palestra no Instituto Rio Branco e participou de conferência de imprensa, juntamente com seu homólogo brasileiro.

Em outubro de 2005, o Chanceler Celso Amorim pretendia visitar Timor-Leste, no curso de roteiro ao Sudeste Asiático que incluía também o Vietnã e a Malásia. A visita teve de ser cancelada à última hora, devido a compromissos no âmbito do G-20. Oportunamente, será marcada nova data.

Por ocasião dos distúrbios ocorridos em Timor-Leste, em abril-maio de 2006, o Presidente Lula enviou carta ao então Presidente Xanana Gusmão, em 31 de maio, na qual solidarizou-se com os esforços do Governo timorense para restaurar a ordem interna e preservar a estabilidade institucional. Nela manifestou que o Brasil valoriza a trajetória

democrática de Timor-Leste e que continuará a prestar o apoio necessário à superação das dificuldades enfrentadas.

De 9 a 23 de junho de 2006, Missão Política de Alto Nível, chefiada pelo então Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos para África, Ásia/Oceania e Oriente Médio, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, visitou Díli.

O Presidente Lula enviou também mensagem ao Presidente Ramos-Horta, após sua eleição em maio de 2007, e ao Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, em julho do mesmo ano, após sua designação para chefiar o novo Governo timorense.

O Brasil designou observadores para a última eleição presidencial (abril e maio de 2007), ganha no segundo turno por Ramos-Horta, e para as eleições parlamentares de junho passado.

Por ocasião de encontro com o Presidente Lula, à margem da 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas em setembro de 2007, o Presidente Ramos-Horta manifestou interesse em fazer visita oficial ao Brasil, no final de janeiro de 2008.

A pedido do Presidente Ramos-Horta, o Brasil está elaborando programa de cooperação que visa à criação de estrutura de Justiça Militar em Timor-Leste.

8.2. Relações militares

A presença militar brasileira em Timor-Leste deu-se por intermédio de missão de cooperação bilateral e da participação nas sucessivas missões das Nações Unidas – UNAMET, UNTAET e UNMISSET.

Durante a reunião da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Timor-Leste (Brasília, 18/02/04), representante do Ministério da Defesa referiu-se ao Plano de Cooperação Técnico Militar que a Pasta brasileira elaborou para expandir a colaboração com Timor-Leste. A vinda de militares timorense para participar de cursos em escolas militares brasileiras ficou prejudicada, conforme a parte timorense declarou na ocasião, pela falta do domínio do português.

Em setembro de 2005, porém, a Embaixada em Díli transmitiu interesse do lado timorense em aproveitar o oferecimento de cinco vagas na Escola de Sargento das Armas de Três Corações (MG), na dependência de conseguir-se pagamento pelo Brasil de bolsa de manutenção e das passagens aéreas. Em janeiro de 2006, cinco militares timorense

chegaram ao Brasil, para tomar parte no referido curso, de duração aproximada de 18 meses.

Em março de 2007, teve início a Fase II do programa de Cooperação Militar com Timor-Leste, que deslocou equipe de seis instrutores militares brasileiros àquele país, no âmbito de programa de treinamento da Polícia timorense. A missão foi concluída em agosto último.

8.3. Relações econômicas

As relações econômicas entre o Brasil e Timor-Leste são extremamente limitadas. Há escassos registros de importações brasileiras de Timor-Leste desde a independência. Em 2006, o Brasil importou apenas US\$ 1.354 de Timor-Leste. O Brasil exportou em 2005 e 2006, respectivamente, US\$ 101.606 e US\$ 143.577. Neste último ano, as exportações brasileiras foram, principalmente, de colchas de algodão, exc. de malha. Em 2007, até o mês de julho, as exportações atingiram US\$ 195.847, com uma pauta composta por preparações em gel, util. interv. cirúrgica, outras máquinas e aparelhos para debulha, elevadores e monta-cargas, e outras máquinas e aparelhos para prepar/fabr. indal. de alimentos.

A exploração de petróleo no Mar do Timor, decorrente do tratado firmado com a Austrália, em janeiro de 2006, enseja a possibilidade de que, no futuro, a PETROBRÁS venha a participar dessa atividade.

Em 2006, a Parte timorense manifestou interesse em receber cooperação brasileira para elaborar o marco regulatório do país no campo petrolífero. Os entendimentos, no entanto, não prosperaram.

8.4. Cooperação bilateral

O Brasil presta cooperação bilateral a Timor-Leste em áreas essenciais à consolidação de seu nascente Estado Nacional, como educação, justiça, segurança e formação de mão-de-obra. Quadro sucinto dessas atividades figura na seção 3.

Educação comunitária

O Governo brasileiro atendeu ao pedido de ajuda das lideranças de Timor-Leste logo após a destruição causada pelas milícias pró-Indonésia, com vistas a participar da reconstrução e viabilização econômica do futuro Estado timorense.

Em março de 2000, esteve em visita oficial ao Brasil o Senhor Xanana Gusmão, então Presidente do Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT), ocasião na qual solicitou o apoio da cooperação técnica brasileira na área de educação, notadamente para a reintrodução da língua portuguesa.

Iniciado em maio de 2005, com estimativa de dois anos de duração, está em curso projeto de capacitação de professores do primeiro grau para ministrar ensino do segundo grau. Prevê-se a presença de até 50 professores brasileiros no país.

Em 2004, por meio do PEC-PG (Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação), a CAPES selecionou 4 estudantes timorense por meio de acordo entre governos dos dois países. Na época, foi solicitada a formação em áreas específicas, que resultou na vinda desses estudantes para a UnB. Neste ano, eles ingressaram em cursos de Português para Estrangeiros para, no ano seguinte, começarem seus projetos de pós-graduação.

Em 28 de dezembro de 2005, foi afirmado o Projeto “Apoio ao Fortalecimento das Escolas Agrotécnicas em Timor-Leste (com a participação do MEC).

Em 24 de julho de 2006, foi firmado Ajuste Complementar ao programa “Capacitação de Técnicos da Televisão de Timor-Leste”, com vigência até janeiro de 2008.

Centro de Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social

A transferência da metodologia do SENAI para a formação de mão de obra profissionalizante, com a implementação de um Centro de Formação Profissional em Díli constitui a meta deste Projeto. O Centro foi inaugurado em maio de 2002, por ocasião das comemorações da independência de Timor-Leste, após um cuidadoso trabalho de recuperação do edifício. O Centro tem cursos profissionalizantes nas áreas de costura, construção civil e informática, e capacidade para formar mais de duzentos alunos por período.

Com capacidade para treinar 1.440 alunos por ano, o Centro vem contribuindo significativamente para o atendimento das necessidades de mão-de-obra qualificada do mercado local e para a geração de emprego e renda da população timorense.

O projeto abrange as áreas de construção civil, eletricidade predial, costura industrial, marcenaria, panificação e confeitoria, gestão do centro de formação profissional e informática (manutenção de microcomputadores). Em 2003, os cursos nas áreas de construção civil, eletricidade, costura industrial, marcenaria, panificação e confeitoria foram concluídos. Foi dada continuidade ao projeto por meio da implantação de novas turmas nos cursos de marcenaria, manutenção predial, eletricidade predial, costura industrial e panificação.

O projeto continua com a presença de dois técnicos do SENAI em Díli. Encontra-se em exame pelas autoridades timorense, proposta brasileira de Ajuste Complementar para implementação do Projeto "Centro de Formação Profissional de Becora – Fase II" (com a participação do SENAI).

Alfabetização Comunitária em Timor-Leste

A fase piloto do projeto "Alfabetização Comunitária em Timor-Leste" foi iniciada já em novembro de 2000, ensejando a alfabetização de cerca de 300 jovens e adultos em Díli, utilizando as metodologias pedagógicas desenvolvidas pelo programa "Alfabetização Solidária", no Brasil. Após essa fase, iniciou-se dezembro de 2001 o projeto "Expansão Nacional - Alfabetização Comunitária", que está alfabetizando cerca de 3500 jovens e adultos nos treze distritos de Timor-Leste. Esta segunda fase cobre, portanto, todo o país e configura um sistema de alfabetização absorvido pelas diretrizes locais de educação de jovens e adultos, com aproximadamente 120 salas de alfabetização em funcionamento. As salas de alfabetização estão em funcionamento, espalhadas pelos 13 distritos do país, sendo coordenadas e administradas pelo Governo de Timor-Leste.

Formação de Professores e Alunos com Recurso da Educação a Distância

O projeto "Formação de Professores e Alunos com Recurso da Educação à Distância em Timor-Leste - Telecurso", iniciou-se em setembro de 2000, com a implantação de telessalas em Díli e Baucau, com o objetivo de formar jovens e adultos e a capacitação de professores e orientadores educacionais que, de forma autônoma, dão continuidade à realização das tele-salas e ao programas de formação de timorenses. A capacitação em serviço de professores, orientadores, gestores e técnicos é realizada simultaneamente, o que contribui para o fortalecimento do quadro de docentes do País. Desse modo, esse projeto apóia, concomitantemente, o processo de reintrodução da língua portuguesa, podendo atingir inclusive as áreas mais distantes do país, a um custo reduzido e com qualidade comprovada. As salas do projeto estão em funcionamento, sendo coordenadas e administradas pelo Governo de Timor-Leste.

Promoção e Difusão da Língua Portuguesa

Em 2002, a DPLP enviou à Embaixada em Díli 123 livros didáticos e de leitura, 111 livros de literatura infantil e uma coleção com 2596 variados doados pelo MINC, destinados à Casa ABC, naquela capital.

O MINC, com o apoio da DPLP, realizou em Díli, de 22 de abril a 14 de maio de 2002, curso para bibliotecários ministrado por três técnicos brasileiros, que teve como público-alvo funcionários da biblioteca da Universidade de Díli, da Sala de Leitura Xanana Gusmão e das bibliotecas escolares.

De 26 de agosto a 20 de setembro de 2002, realizou-se o Curso de Redação Oficial, Noções Básicas de Oratória e Noções Básicas de Técnica de Assessoria para 31 Assistentes Executivos dos Ministros de Estado timorenses, ministrados por professores da UNB.

Em 2003, com o apoio do DC, o MEC enviou missão de seis especialistas brasileiros em educação, com o objetivo de assessorar o Governo timorense a desenhar e implantar a política educacional em Timor-Leste.

Projeto Casa Brasil

Com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), tem por objetivo criar, junto às comunidades de áreas carentes, espaço destinado à inclusão digital, inclusão social, geração de emprego, desenvolvimento e ampliação da cidadania, por meio do uso intensivo da tecnologia da informação com vistas a preparar os segmentos excluídos para a sociedade do conhecimento, buscando superar e romper a cadeia de reprodução da pobreza.

A Proposta encontra-se em fase preliminar de elaboração.

Agricultura

Transferência de Técnicas Cafeeiras

Em maio de 2001 foi realizada missão técnica a Timor-Leste visando dar continuidade aos trabalhos de identificação de oportunidades de cooperação técnica em cafeicultura e fruticultura tropical. Em decorrência da missão, foram elaborados os documentos dos projetos "Transferência de Técnicas Frutícolas para Timor-Leste" e "Transferência de Técnicas Cafeeiras para Timor-Leste". Este último foi iniciado em maio de 2002, após a assinatura do documento de projeto por ocasião da missão brasileira a Timor-Leste às comemorações de sua Independência.

Os trabalhos têm como objetivo a melhoria da produtividade da cultura cafeeira timorense, que é responsável por um dos principais produtos agrícolas do país. Com o apoio do Procafé, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, foi elaborado um manual de técnicas de cultivo de café e realizado um curso sobre utilização de técnicas cafeeiras em Timor-Leste em novembro de 2002. Estão sendo implantados campos de demonstração de cultivo de café, por meio dos quais é possível transferir a Timor-Leste, na prática, técnicas, em sua maioria simples e de baixo custo, que podem aumentar de forma significativa a produtividade da cultura cafeeira.

Em julho de 2003, foi realizada missão de técnico timorense para uma viagem de estudos às regiões cafeeiras de Minas Gerais. Em novembro do mesmo ano, foram

enviadas sementes de café brasileiro e material necessário a Díli para a continuidade de desenvolvimento dos trabalhos nos campos de demonstração em Timor-Leste.

Por ocasião de missão técnica da ABC a Díli, em outubro de 2005, foi dada continuidade ao projeto, de grande interesse da EMBRAPA.

Justiça

A cooperação brasileira e portuguesa é essencial para a afirmação do Português como idioma oficial e para a consolidação da tradição civilista no ordenamento jurídico timorense. No momento, há 1 Juiz, 1 Promotor e 2 Defensoras Públicas em Díli. O Governo timorense solicitou ao Governo brasileiro a extensão do projeto de cooperação na área jurídica por mais 1 ano.

A pedido do Presidente Ramos-Horta, está sendo organizada a cooperação brasileira para a criação da Justiça Militar em Timor-Leste. O projeto está dividido em duas fases: na primeira, prevê-se a elaboração, no final de 2007, de Código Penal Militar; na segunda, está prevista a criação de Código de Processo Penal Militar, na primeira metade de 2008.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Doutor José Ramos-Horta

Presidente da República

Nascido em Díli, em 26 de dezembro de 1949. É divorciado e tem um filho. Iniciou sua vida profissional como repórter, editor e correspondente de televisão. Foi representante da FRETILIN junto às Nações Unidas de 1976 a 1990. De 1986 a 1988, atuou como Consultor de Mídia do Governo de Moçambique. De 1989 a 1998, foi Representante Especial do Conselho Nacional de Resistência Maubere e Representante Pessoal do líder da Resistência, Xanana Gusmão. Fala português, tétum, inglês, francês e espanhol.

Ocupou os cargos de Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa. Em maio de 2007, foi eleito Presidente da República.

Formação acadêmica

Nível Fundamental, Missão Católica, Soibada (1957-1964) Nível

Médio e Fundamental em Timor-Leste (1964- 1969)

Direito Humanitário Internacional, Instituto Internacional de Direitos Humanos, Strasbourg, França (1984)

Direito Internacional Público, Academia de Direito Internacional da Haia (1984)

Curso de Pós-Graduação em Política Externa Americana, Columbia University (1983)

Senior Fellow em Relações Internacionais, Faculdade St. Antony, Oxford University

(1987)

Mestrado em Estudos sobre a Paz, Antioch University, EUA (1984)

Programa Executivo para Líderes em Desenvolvimento, Harvard University

(1998)

Títulos de Doutor Honoris Causa

Doutor em Direito, Universidade Pontifícia Católica, Campinas, (1996) Doutor em Direito, Antioch University, EUA (1997)

Doutor em Direito, University of New South Wales, Sydney (1998) Doutor em Direito, Rutgers University, New Jersey (2000)

Doutor em Direito, Universidade do Porto (2000)

Doutor em Letras, University of Nevada University, Reno (2000). Doutor em Direito, Sunshine Coast University (2001)

Cargos principais

Professor Visitante da Faculdade de Direito da New South Wales University, Sydney

Professor Visitante da Victoria University, Melbourne

Presidente do Centro Cultural de Timor-Leste

Membro do Conselho de Honra da Universidad de La Paz, San José da Costa Rica

Membro da Comissão de Controle de Armas do Prêmio Nobel da Paz
Co-Presidente do State of World Forum, San Francisco, California

Fundador e membro do Conselho de Diretores do Diplomacy and Human Rights Program da Faculdade de Direito da New South Wales University, Sydney

Fundador e principal benfeitor do JRH Micro Credit Program for the Poor
Presidente do Comitê Timor Aid, Díli

Reuniões Internacionais

Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque (desde 1976)

Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, Genebra (desde

1979)

Conselho de Segurança (numerosas vezes)

Comitê Especial sobre Descolonização (desde 1976)

Hague Peace Appeal (1999)

Forum 2000, Praga, presidido pelo Presidente Vaclav Havel

State of World Forum (em São Francisco, Dublin, Nova Iorque) Forum Econômico Mundial, Davos, Suíça, Janeiro 2000

Segunda Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena (1993) Encontro do Prêmio Nobel da Paz em Charlottesville, Virginia (1997)

Principais premiações internacionais

1996 - Prêmio Nobel da Paz, que dividiu com o Bispo de Díli, D. Carlos Filipe Ximenes-Belo.

2004 - Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, Brasil

2001 - Festival de Filmes Humanitários de Hollywood

2000 - Medalha de Ouro do Presidente da Itália

1999 - Primeira Premiação Hague Peace Appeal

1998 - Medalha de Ouro da Universidade de Coimbra

1998 - Grande Cruz da Ordem da Liberdade, Presidente de Portugal 1997 - Medalha da Universidade de São Francisco

1996 - Prêmio Nobel da Paz

1996 - Primeiro Prêmio UNPO da Liberdade, Haia

1995 - International Peace Activist Award, Gleitsman Foundation, CA 1993 - Professor Thorof Rafto Human Rights Award, Bergen

Livros e outras publicações

FUNU: *The Unfinished Saga of East Timor*, Red Sea Press, Trenton, NJ (1987)

Timor-Leste: *Amanhã em Dai*, Dom Quixote, Lisboa (1994). Traduzido para o Francês, Alemão, Norueguês.

East Timor and International Law (1984), MA Teorias, Antioch University, USA
Artigos de opinião publicados no *International Herald Tribune*, *Sydney Morning Herald*, *The Age*, *The Australian*, *Guardian*, *Le Monde*, *Le Monde Diplomatique*, *Boston Globe*, *San Francisco Chronicle*, *Folha de São Paulo* etc.

Kay Rala Xanana Gusmão

Primeiro-Ministro

Nasceu em 20 de junho de 1946, em Laleia, Manatuto, Timor-Leste. Aderiu, em 1975, à Frente Revolucionária para um Timor-Leste Independente – FRETILIN, cuja liderança assumiu em dezembro de 1978. Em março de 1981, organizou a Primeira Conferência Nacional da FRETILIN, que o elegeu líder da Resistência e Comandante-em-Chefe das FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste).

Em 20 de novembro de 1992, foi capturado pelas Forças Armadas indonésias e mantido prisioneiro em Jacarta, onde foi sentenciado à prisão perpétua, pena posteriormente comutada para 20 anos. Com o referendo de 30 de agosto de 1999, patrocinado pelas Nações Unidas, que rejeitou a proposta de autonomia apresentada pela Indonésia, iniciou-se o processo de transição para a independência, e Gusmão foi libertado em 7 de setembro daquele ano.

Em agosto de 2000, foi eleito Presidente do CNRT/Congresso Nacional. De novembro de 2000 a abril de 2002, foi Presidente do Conselho Nacional, órgão legislativo da Administração Transitória de Timor-Leste. Em 14 de abril de 2002, foi eleito Presidente da República, tendo sido empossado em 20 de maio, após a declaração de independência do Timor.

Em sua visita ao Brasil, em 29 e 30 de julho de 2002, foi agraciado com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

O mandato de Xanana Gusmão como Presidente da República terminou em maio de 2007. Em julho do mesmo ano, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS FATOS

- 1600 – Os portugueses estabelecem uma feitoria em Timor.
- 1749 – A ilha de Timor é dividida entre portugueses e holandeses.
- 1942 – Forças japonesas invadem Timor. Mais de 60.000 timorenses são mortos até 1945.
- 1974 – Portugal autoriza a criação de associações políticas no Timor português.
- 1975 – Proclamada a independência da República Popular de Timor-Leste (28/11).
- A Indonésia invade e ocupa militarmente Timor-Leste (7/12).
- 1976 – O Governo indonésio anexa ilegalmente o território timorense (17/07).
- 1978 – Morre, em combate, o líder da resistência, Nicolau Lobato.
- 1989 – Visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste (out.).
- 1991 – Militares indonésios disparam contra uma multidão de estudantes, em Díli (nov.).
- 1992 – Prisão, em Díli, de Xanana Gusmão, que viria a ser libertado sete anos mais tarde.
- 1996 – O Bispo D. Carlos Belo e o Dr. José Ramos-Horta dividem o Prêmio Nobel da Paz.
- 1998 – A Indonésia propõe uma autonomia limitada para o território de Timor-Leste.
- 1999 – Acordos de Nova York convocam plebiscito sobre o futuro de Timor-Leste (5/05).
- A proposta de autonomia limitada é rejeitada por 78% dos votos (30/08).
- Milícias pró-Indonésia iniciam onda de violência.
- Chegada da “International Force in East Timor” (INTERFET) (12/09).
- Criação da UNTAET (30/10).
- 2001 – Eleições para a Assembleia Constituinte de Timor-Leste (30/08).
- 2002 – Xanana Gusmão é eleito Presidente da República (14/04).
- Independência de Timor-Leste (20/05).
- 2005 – Estabelecimento da “U.N. Office in Timor Leste” (UNOTIL).
- 2006 – Timor-Leste e Austrália assinam acordo sobre a prospecção de petróleo e gás (jan.).
- Conflitos entre membros das Forças de Defesa de Timor-Leste (27 e 28/04).
- Chegada de forças australianas, malaias, neozelandesas e portuguesas (maio).
- Prorrogado o mandato do UNOTIL por 30 dias (13/06).
- O ex-Primeiro-Ministro Mari Alkatiri renuncia ao cargo (jun.).
- Criação da “U.N. Integrated Mission in Timor Leste” (UNMIT) (25/08).
- 2007 – Acordo Trilateral ONU-Timor-Austrália (jan.).
- CSNU prorroga o mandato da UNMIT até 26 de fevereiro de 2008 (22/02)
- José Ramos-Horta eleito Presidente da República (9/05)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-TIMOR-LESTE

1998 – Carta do ex-PR FHC ao Pres. da Indonésia manifesta preocupação pela situação em TL.

- SGAP realiza visita oficial à Indonésia e a Timor-Leste (agosto).

1999 – Ex-Chanceler Lampreia encontra Ramos-Horta e o ex-Chanceler da Indonésia, Ali Atalas, à margem da 53ª AGNU (setembro).

- O Brasil envia 5 oficiais de ligação, 6 observadores policiais e 19 peritos eleitorais.
- Missão parlamentar brasileira visita Jacarta e Díli.
- Congresso Nacional autoriza a participação brasileira na INTERFET.

2000 – Convite a Xanana Gusmão para que visite o Brasil (fevereiro).

- Ida ao Brasil do Pe. Filomeno Jacob, de Xanana Gusmão e de D. Carlos Belo (março-abril).
- Xanana Gusmão solicita o apoio brasileiro na área de educação (março).
- Começa a operar o Escritório de Representação do Brasil em Díli (1º/06).
- Missão de cooperação técnica a Díli (20 a 27/07).

2001 – O ex-PR FHC visita TL (22/01).

2002 – Visita ao Brasil do então Adm. Transitório de TL, Sérgio Vieira de Mello (4 e 5/02).

- Estabelecidas relações diplomáticas entre o Brasil e TL (20/05).
- Abertura da Embaixada em Díli (20/05).
- Assinatura do Acordo Básico Brasil-TL de Cooperação Educacional.
- Assinatura do Acordo Básico Brasil-TL de Cooperação Técnica (maio).
- Presidente Xanana Gusmão visita o Brasil, em caráter oficial (julho-agosto).
- TL torna-se o oitavo membro da CPLP (julho-agosto).

2003 – Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Justiça (setembro).

2004 – I Reunião da Comissão Mista Brasil-TL (18/02).

- Chanceler Ramos-Horta visita o Brasil (13 a 18/02).
- TL manifesta desejo em receber cooperação na área de educação (maio).
- Decreto presidencial autoriza o envio de 50 professores a TL (novembro).

2005 – Enviados a Díli 2 Defensores Públicos e 1 Juiz, para cooperar na formação judiciária (1º/09).

2006 – Cinco militares timorenses inscritos no Curso da escola de Sargentos das Armas (janeiro).

- Carta de solidariedade do PR a Xanana Gusmão (31/05).
- Visita do SGAP II a Díli (9 a 13/06).
- Ajuste Complementar ao programa “Capacitação de Técnicos da Televisão de TL” (24/07).

2007 – Segunda fase do programa de instrução militar em TL (março-agosto).

- Envio de missões de observadores eleitorais brasileiros para pleitos presidenciais (abril-maio) e legislativos (junho)

Aviso nº 1.067 - C. Civil.

Em 25 de outubro de 2007.

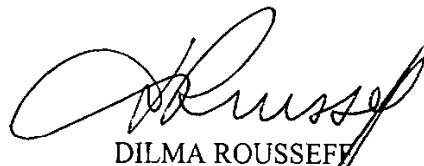
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor Leste.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 31/10/2007.

Secretaria Especial de Edição e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
(OS:16471/2007)